

RENATO ROMERO POLILLO

RESPONSABILIDADE E CORRUPÇÃO

São Paulo

2020



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3ª andar
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000
www.editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Conselho Editorial

Alysson Leandro Mascaro
(Universidade de São Paulo – SP)
Augusto Neves Dal Pozzo
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Daniel Wunder Hachem
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)
Emerson Gabardo
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)
Gilberto Bercovici
(Universidade de São Paulo – USP)
Heleno Taveira Torres
(Universidade de São Paulo – USP)
Jaime Rodríguez-Arana Muñoz
(Universidade de La Coruña – Espanha)
Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)
Pedro Serrano
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Sílvio Luís Ferreira da Rocha
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Equipe editorial

Denise Dearo (design gráfico)
Maikon Nery (capa)
Juliana Daglio (revisão)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Ficha Catalográfica elaborada pela Editora Contracorrente)

R895 POLILLO, Renato Romero.
Responsabilidade e corrupção | Renato Romero Polillo – São Paulo: Editora
Contracorrente, 2020.

ISBN: 978-65-991612-1-6

1. Direito brasileiro. 2. Lei Anticorrupção. 3. Legislação. 4. Responsabilidade civil.
I. Título. II. Autor.

CDD: 3328.3
CDU: 342

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
LISTA DE ABREVIATURAS	13
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – RESPONSABILIDADE CIVIL	31
1.1 Conteúdos e definições.....	31
1.1.1 Responsabilidade jurídica e moral.....	32
1.1.2 Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	35
1.1.3 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	41
1.2 Classificação e teorias.....	45
1.2.1 Evolução da responsabilidade civil.....	48
1.2.2 Teoria da culpa e crítica.....	57
1.2.3 Teoria do risco e crítica.....	58
1.3 Responsabilidade das pessoas jurídicas.....	64
CAPÍTULO II – HISTÓRICO SOBRE CORRUPÇÃO	71
2.1 Antiguidade.....	71

2.2 Idade Média e Moderna.....	74
2.3 Idade Contemporânea.....	79
CAPÍTULO III – O FCPA COMO PARADIGMA NO COMBATE À CORRUPÇÃO EMPRESARIAL TRANSNACIONAL.....	95
3.1 O histórico legislativo do FCPA.....	96
3.1.1 O primeiro caso de FCPA da história.....	100
3.1.2 A resistência inicial ao FCPA.....	101
3.1.3 A mudança de postura dos EUA quanto à aplicação do FCPA	103
3.2 As hipóteses de incidência do FCPA.....	107
3.3 Os elementos necessários para incidência das regras antissuborno previstas no FCPA e os seus conceitos-chave.....	108
3.3.1 Oferta, pagamento, promessa de pagar ou autorização para pagamento e a importância da intenção do agente corruptor	110
3.3.2 A definição de autoridade pública estrangeira	112
3.3.3 A definição de “coisa de valor” e a restrição a presentes, viagens, refeições e entretenimento.....	114
3.3.4 O exame do <i>business purpose</i>	117
3.4 As defesas afirmativas previstas no FCPA.....	118
3.5 Os pagamentos de facilitação	119
3.6 A responsabilidade civil, criminal e administrativa	120
3.6.1 As ações penais	120
3.6.2 As ações cíveis.....	122
3.7 As sanções civis, penais e administrativas.....	124
3.8 Acordos de leniência e o FCPA <i>Corporate Enforcement Policy</i>	126
3.9 Outros mecanismos de resolução de violações ao FCPA.....	128
3.9.1 O <i>plea bargain</i>	128
3.9.2 O <i>Non-Prosecution Agreement</i> e o <i>Deferred Prosecution Agreement</i>	129

3.10 Os principais acordos celebrados por infrações ao FCPA decorrentes da Operação Lava Jato	132
3.10.1 O acordo firmado com a Petrobras.....	132
3.10.2 Os acordos firmados com a Odebrecht e com a Braskem	133
3.10.3 Os acordos firmados com a SBM Offshore e a SBM USA	135
3.11 Como é feito o cálculo das multas estipuladas nos acordos	136
3.12 Os efeitos do combate à corrupção transnacional nas empresas que atuam no país.....	140
3.13 A política de coordenação de penas corporativas e a questão do <i>piling on</i>	142

CAPÍTULO IV – O COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

4.1 Tratados internacionais	147
4.2 Legislações nacionais na América Latina.....	156
4.2.1 Argentina.....	158
4.2.2 Brasil	163
4.2.3 Chile	171
4.2.4 Colômbia	176
4.2.5 México	182
4.2.6 Peru.....	192

CAPÍTULO V – ASPECTOS CONTROVERSOS SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO PREVISTA NA LEI ANTICORRUPÇÃO

5.1 O histórico legislativo da Lei n. 12.846/2013.....	201
5.2 O regime jurídico da responsabilização prevista na Lei Anticorrupção	211
5.3 A responsabilidade objetiva da pessoa jurídica na Lei n. 12.846/2013	217

CAPÍTULO VI - RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	229
6.1 Atos lesivos.....	230
6.2 Sanções	234
6.3 <i>Compliance</i>	236
6.4 Acordo de leniência.....	238
CAPÍTULO VII - A RESPONSABILIDADE CIVIL NA LEI ANTICORRUPÇÃO	243
7.1 Os princípios da independência das instâncias de jurisdição e do <i>ne bis in idem</i>	244
7.2 A legitimidade ativa e passiva na ação judicial.....	247
7.3 O objeto da ação judicial de responsabilidade.....	249
7.3.1 A natureza das medidas judiciais previstas no artigo 19.....	249
7.3.1.1 A reparação pelo enriquecimento sem causa.....	250
7.3.1.2 A sanção civil relativa à suspensão ou interdição parcial da pessoa jurídica	254
7.3.1.3 A sanção civil relativa à dissolução compulsória da pessoa jurídica.....	255
7.3.1.4 A sanção administrativa prevista no artigo 19.....	258
7.4 A necessidade de perquirição da culpabilidade da pessoa jurídica	259
7.5 O rito processual da ação para responsabilização da pessoa jurídica	262
CONCLUSÕES	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS	289